

A PARTICIPAÇÃO FEMININA NA POLÍTICA CAJAZEIRENSE: LIDERANÇA E DESAFIOS, NO ANO DE 1983/1988

Sibelle Figueiredo de Farias¹
Mariana Moreira Neto²

RESUMO

A seguinte pesquisa tem como objetivo analisar a Participação Feminina na política cajazeirense nos anos de 1983-1988 dando ênfase ao período em que Maria Alba C. de Ataíde atuou em sua legislatura, fazendo uma conexão com o movimento feminista, flexibilizando um diálogo acerca dos mecanismos em que se estabelecem com os partidos políticos. Assim, a pesquisa irá refletir sobre a inserção desses sujeitos femininos na política, visando compreender o que foi (re) elaborado para esse público, buscando perceber quais os principais desafios enfrentados. Uma vez que, as relações entre homens e mulheres são relações sociais e, portanto, históricas. Realizando a análise documental do período.

Palavras-chave: participação; mulher; política.

INTRODUÇÃO

A partir de algumas leituras, participações em palestras e integrar-me a grupos de estudos sobre as questões de gênero, sinto-me instigada a entender reflexões e considerações a cerca das temáticas das relações de gênero, relações de poder, teorias pós-estruturalistas. Concomitantemente, quero analisar a participação feminina na política de Cajazeiras nos anos de 1983 a 1988 e perceber de que modo os embates ideológicos foram necessários para os desdobramentos dos desafios e objetivos por elas alcançados. Então, a finalidade dessa pesquisa é fazer uma análise da participação das mulheres na “Câmara Municipal Otacílio Jurema” em Cajazeiras, permeando questões que sugerem várias abordagens, a partir dos seguintes pontos: dentro da política cajazeirense entender como o movimento feminista influenciou para o crescimento da participação feminina na política local e quais implicações tiveram os partidos políticos para a inserção das mulheres nesse contexto.

Os eventos foram essenciais para que eu pudesse realmente me envolver diretamente com os temas relacionados às categorias de gênero, teorias feministas, movimentos políticos, etc., a exemplo: Projeto do PROBEX (O feminino aprisionado: direitos humanos e relações de gênero no Presídio Feminino de Cajazeiras-PB), as semanas nacionais de História, assim fui delineando o perfil inicial daquilo que seria o meu objeto de estudo.

Visando analisar como se deu A Participação Feminina na Política de Cajazeiras, durante o período de 1983/1988 através dos documentos arquivados do poder legislativo, com atas, requerimentos, livros de resoluções e livros de contas, esses por sua vez permitem uma ampla possibilidade de trabalho pelo seu caráter narrativo, como os aspectos políticos-administrativos, de questões voltadas à vida urbana, econômica, social e dos arranjos partidários. Com isso atento para algumas questões, quais os desafios por elas enfrentados, como se afirmaram naquele contexto, quais as implicações que tiveram durante a legislatura.

O ano de 1983 é marcado pelo fato de Maria Alba C. de Ataíde ser a primeira mulher a ingressar na “Câmara Otacílio Jurema”, sendo a mais votada naquele ano e a única nos 152 anos de história do município a ocupar a presidência da câmara. O Livro de Atas daquele ano evidencia a relevância da “Vereadora Alba Costa de Ataíde com muito orgulho

¹ Graduanda do curso de Licenciatura plena História pela Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras. sibelle_87@hotmail.com

² Professora Doutora e orientadora da Universidade Federal de Campina Grande, Campus Cajazeiras.

de ser a única mulher na Casa Otacílio Jurema onde tudo irá fazer para desempenhar o seu papel”, pois é sabido que a mulher sertaneja não possuía naquele período um lugar social de importância, advinda da zona rural do município de Triunfo-PB, tendo concluído o magistério que era visto como símbolo de dignidade e “liberdade” do espaço doméstico e a conquista da esfera pública.

Ao analisar todos os Requerimentos da época, constatei uma série de característica do lugar do qual a atuação se dava, aquilo que buscava-se dizia muito de sua ligação com o social e da sua subjetividade. Os Livros de Requerimentos são interessantes e pertinentes no que contempla a pesquisa, analisei também os Livros de Resoluções da época, mas aproveitei muito pouco dos Livros de Resoluções, apenas o livro de 1985 trouxe informações importantes e adequadas com a pesquisa, onde se deu alguns títulos de cidadãos e cidadãs (pouquíssimas foram as mulheres que receberam tal título) cajazeirense, onde traz todas as informações sobre o(a) titular, com o curriculum vitae.

Partindo do pressuposto da atuação das militantes da cidade em movimentos voltados para políticas públicas, identificando o que historicamente foi conquistado ou não, pois a política sempre foi lugar do masculino, na tentativa de dar nitidez a uma parcela da sociedade em que ainda ocupa lugares imperceptíveis nos diversos segmentos, como também de apresentar uma discussão do movimento feminista para relacionar de que forma se deu tal participação.

Pretendo detalhar sobre a única mulher que se tornou uma grande liderança política e líder feminina, além de ser a única presidente na política dessa cidade até os dias atuais, como “Maria Alba Costa de Ataíde” se constituiu enquanto *parlamentar mirim* (como era chamada), nos anos 80 e é memorável até hoje a sua atuação por muitos de seus correligionários.

Visando compreender como os posicionamentos e discursos políticos permitiram com que a mesma construísse para si uma identidade própria, única, visto que as falas dizem muito daquilo que se quer negociar, a linguagem não somente é instrumento de expressão, mas implica também na constituição da identidade. Nessa perspectiva, alguns conceitos vislumbrarão as linhas da pesquisa, o conceito de identidade será um deles, na qual a mesma pode ser negociada, refeita ou moldada.

Vários teóricos já analisaram as diferenças entre os discursos masculino-femininos, muito já se fez para tornar a história das mulheres “visíveis”, e inserir a esse passado perspectivas também femininas, apesar das categorias de gênero encontrarem-se mais flexíveis, fluidas, como reação a partir de problemas que surgem, ainda assim, é necessário reconceituar alguns estudos, revestindo-os de novas questões, conceituá-los com novos aspectos. Joan Scott (2008) afirma que “as mulheres tanto foram acrescentadas a história” e “ocasionaram sua reescrita” (apud Burke, p 70)³, com isso o público feminino foi saindo do seu isolamento, da posição de *sujeição*, adentrando nos mais variados segmentos sociais ainda que de forma tímida, mas se permitindo a buscar novos espaços, ainda segundo a autora não bastava falar da história das mulheres dissociada da história que interessava a elas.

O historiador é aquele movido por paixões como afirmou Prost (1996)⁴, que deve proceder movido por suas escolhas, à subjetividade é uma de suas marcas, sua escrita diz muito de si, ciente de que a produção de conhecimento implica em regras, técnicas e métodos. Dessa forma, atribui-se significados ao que era posto no campo do natural, o papel do historiador é repelir a naturalização das coisas, dos fatos, portanto tenho como proposta atentar para as lacunas historiográficas voltadas a este campo de estudo, pouco foi escrito com relação ao que coloco, não que seja um trabalho único e original, mas o despertar para a

³ BURKE, Peter. O que é História Cultural. Rio de Janeiro: Zahar. 2008.

⁴ PROST, Antoine. As questões do historiador. In: Doze lições sobre a história. Belo Horizonte: Autentica, 1996, p. 75.

pesquisa me instiga a buscar mais sobre a temática, ainda que as questões de gênero são bastante discutidas na atualidade, ainda existem muitas lacunas, e em Cajazeiras não tem sido diferentes, existem políticas públicas nesse sentido, portanto propor diferenças é necessário, as fontes limitarão o papel daquele que escreve e ao mesmo tempo narra, pois o historiador por vezes também é um narrador.

Portanto, ao realizar a pesquisa utilizo teorias e discussões históricas que se fazem pertinentes para estabelecer relações com as fontes que utilizarei. Os clássicos darão suporte essencial para a feitura intelectual do trabalho, a exemplo de *Simone de Beauvoir*, *Branca Moreira Alves*, *Mary Del Priore*, *Amelinha Teles*, *Lúcia Avelar*, *Pierre Bourdieu*, *Hahner*, etc, e estudos mais recentes como os estudos de *Saffioti*, *Judith Butler*, *Joan Scott*, analisado também a monografia *Ana Cláudia Feliciano* “A mulher na política paraibana: o protagonismo de Maria Dulce Barbosa (1947-1966)”, na qual a mesma apresenta a inserção da mulher na política paraibana, especialmente na cidade de Queimadas – PB, analisando os aspectos do patriarcalismo e como Maria Dulce Barbosa emerge no imaginário social, a partir de sua representação política. Esse trabalho contempla aspectos correspondentes para a compreensão acerca da formação política e social das mulheres na região, apesar de compor outros recortes, ainda assim faz-se necessária e enriquecedora na composição do trabalho, não que eu pretenda realizar algo voltado ao imaginário, memória. Com isso, algumas discussões sobre as questões políticas, sociais e históricas que envolvem o público feminino serão de suma importância, ainda que abordem outras linhas teóricas.

A reflexão do que já foi escrito sobre a temática será o suporte para enveredar-me concretamente nas questões de gênero, projetando uma conexão com outras áreas de conhecimento, de forma interdisciplinar, dialogando com outras disciplinas (Sociologia, Filosofia) se possível. Essa ampliação de relacionar a pesquisa histórica com outros campos de saberes resulta na maturidade de estudos, portanto aprofundar as leituras envolvendo áreas que não a História requer esforço e dedicação, teorias essas convergentes entre si, pois muitos foram os sociólogos, linguistas, filósofos que deram suas contribuições nesse sentido.

Logo, com algumas leituras, muitas indagações me aparecem, muitas envergaduras e desdobramentos, pretendo com isso elaborar o meu TCC e responder aquilo que sempre me indaguei, analisando as interfaces e nuances do processo político em questão.

Portanto, é necessário romper com certos estereótipos e preconceitos, para promover novas construções, com novos olhares. A fim de romper com padrões que simplificam a inserção das mulheres na política, como também em outros segmentos, sejam eles sociais, econômicos ou de caráter religioso, o marxismo e o feminismo deram as suas contribuições nas análises tanto histórica quanto materialista, na tentativa de desnaturalizar a *sujeição* feminina.

Penetrando no universo que analiso, da atuação de mulheres na política local é perceptível perceber que as redes e tramas nas quais fazem parte, existem relações de poderes que legitimam a situação de dominação, onde é realizada uma série de negociações. Scott (2008) diz que a condição de subordinação requer do sujeito “humildade e deferência”, assim como a posição de dominação demanda esforço composto de “altivez e superioridade”, talvez por se encontrarem nessas condições homens/mulheres tecem o cenário político de Cajazeiras a partir de barganhas, institucionalizando com isso mudanças que antes eram legislativas, passam agora a serem corporativas relacionais.

Há ainda, um recrudescimento voltado a esses aspectos, pois muitos dos movimentos voltados às questões das mulheres ganharam uma feição política, sendo que outros estudos de gênero ganham espaço ao tratar do assunto com conceitos diferenciados, apontando problemas, novas hipóteses, apresentando possibilidades das mais variadas possíveis para abranger pesquisas, tendo em vista que o momento histórico e as situações contemporâneas são outras e cada época privilegia aquilo que lhe é conveniente ou relevante.

Algumas teorias entraram para o ostracismo, outras estão na melhor das fases, algumas sendo reelaboradas e muito ainda dá pra ser (re)visto, analisado e complementado.

Entretanto, problematizar as nuances que alinhavam a tessitura política da cidade será o foco principal desse trabalho, atentando para os reveses que a época condiz, permeando o estrato social em que as mulheres se inseriam, a quem estavam ligadas, quais trabalhos realizaram e em que se traduzia a atuação de “Maria Alba Costa de Ataíde”, a única líder isolada no quesito de presidir a “casa” legislativa, obtendo o 1º lugar em seu partido, presidir Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher, receber título de “líder feminina”, “Destaque da região”, entre outros. São esses e alguns fatores que me fazem buscar a compreensão de como se deu o envolvimento das mulheres na política cajazeirense, acompanhando cronologicamente dentro do recorte temporal estabelecido pela pesquisa, aquilo que as fontes direcionam.

JUSTIFICATIVA

Esse trabalho chama atenção para uma reflexão das formas de atuação da mulher na política de Cajazeiras, implicando nessa perspectiva, a relevância social que o mesmo se justifica, desenvolvendo propostas com análise crítica que exigem procedimentos intelectuais, configurando na produção de conhecimento, articulado com as referências pessoais, lugar esse que condiz com a experiência de vida, uma vez que a minha relação com o tema é permeada por vínculos.

Desde cedo percebi que o espaço ocupado pelas mulheres na política foi e ainda é muito restrito, ao iniciar uma pesquisa no Ensino fundamental, onde realizei um trabalho na Câmara Municipal de Sousa e aquilo me instigou, pois durante muito tempo, apenas os homens ocupavam as cadeiras do legislativo, então tentei encontrar registros ao menos de uma ou duas mulheres na política sousesense e não foi possível e com isso sempre me perguntei o porquê, quais fatos impossibilitavam, ou será que era falta de interesses do público feminino, ou aquele espaço era único e exclusivo dos homens? Diante mão, restam-me muitos questionamentos que ainda não encontrei respostas, mas com a escolha do tema proposto pelas disciplinas de projeto, resolvi sugerir a minha proposta para então encontrar respostas para aquilo que há tempo reflito.

Então, a temática diz muito daquilo que idealizei antes mesmo de cursar História, antes mesmo de pensar na elaboração de um projeto de pesquisa, visto que devo fazer escolhas, mas o meu alvo já era visível e o meu objetivo em realizar um trabalho com o público feminino maior ainda, não hesitei muito e desloquei o meu olhar para aquilo que me envolve de forma pessoal.

Todavia, esse se propõe a compreender, discutir e contribuir para que as lacunas historiográficas sejam preenchidas e resulte na ampliação de possibilidades de espaço de conhecimento pessoal e acadêmico, como também sistematizar estratégias de construção e reelaborações do saber histórico no contexto social. Então, se faz necessário interligar a prática acadêmica com as concepções sociais, em detrimento de direcionar a essa realidade social visibilidade.

Cajazeiras é uma cidade que tem crescido muito e hoje é referência em vários aspectos, políticos, econômicos, culturais e sociais. Dessa forma, me despertou o interesse em pesquisar sobre a temática. Portanto, a discussão que pretendo fazer não se limita pela minha relação com o tema, mas reveste-se de questões para além do social, a fim de repensar conceitos e práticas cristalizadas, questionar a documentação existente, indo de encontro com o campo da história. Como também é perpassada por viés de caráter teóricos-metodológicos.

OBJETIVOS

OBJETIVO GERAL

- Analisar a participação feminina na política cajazeirense e como essas participações foram pertinentes para a construção da identidade desses sujeitos políticos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Problematizar sobre o movimento feminista e sua relação com a participação das mulheres dentro da política de Cajazeiras.
- Refletir sobre a Lei 9.100/95 e as implicações que essa teve no que se refere ao processo em questão, permeando as questões que viabilizaram tal representação.
- Apresentar a conexão entre os partidos políticos e a inserção feminina na “Câmara Municipal Otacílio Jurema”.

REFERENCIAL TEÓRICO

O fazer histórico se insere na construção de possibilidades, dentro do que Michel de Certeau chama de “operação historiográfica”, do lugar social, do lugar de produção, revestido de escolhas, daquele que se porta do poder de síntese que as narrativas possuem. Portanto, pensar e analisar essas relações de poder entre homens e mulheres no espaço da política, de acordo com os conceitos da teoria da história enquanto campo do saber, apontado por Barros (2011)⁵ a partir do “pensamento histórico em sua versão científica”, pois essa noção implica em métodos, rigor e respeito as fontes. Ressaltando, de acordo com Carr (1978)⁶ que essas teorias históricas são por natureza teorias de mudanças.

Segundo Carr (1978) os fatos falam apenas quando o historiador os aborda, é ele quem decide quais os fatos que vem a cena e em que ordem ou contexto.

Então, o objetivo dessa pesquisa é analisar a participação da mulher dentro desse espaço e colaborar para atenuar as desigualdades de gênero nesse espaço. Assim, faz-se necessário a compreensão de conceitos teóricos e metodológicos para fundamentar tal discussão, a fim de perceber as mais variadas razões pela qual essa participação foi de fato efetiva, seja por questões sociais, econômicas, culturais ou políticas.

As linhas que tecem a feitura desse texto permeiam a maneira como mulheres tidas como “anônimas”, ou que até então não apareciam na história desempenharam importantes papéis dentro da política, que por sua vez:

“Os gregos conceberam a ideia de cidadania como um atributo de homens livres, que seriam as pessoas aptas para as atividades políticas, ficando as mulheres, os servos e os escravos relegados a um lugar à margem dos assuntos de interesse público. Historicamente, a construção das identidades de homens e mulheres se tem configurado a partir da dicotomia entre as esferas pública e privada, com atribuições de papéis, atitudes e valores previamente definidos segundo modelos naturais”. (BRITO, 2001, p. 291)

⁵ BARROS, José D’Assunção. **Teoria da História**. Vol. I. *Princípios e conceitos fundamentais*. Rio de Janeiro: Vozes, 2011. Um estudo de teoria e filosofia da História, onde o autor analisa a Teoria da História enquanto campo do saber perpassada pela abordagem filosófica do séc. XIX.

⁶ CARR, Edward Hallet. **Que é História**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Ficando entendido que o lugar do homem é o espaço público, as esferas de poder, enquanto que o da mulher notadamente seria aquele que não se permitia adentrar ao universo público, pois o mesmo era marcado por tal concepção masculina, a mulher seria responsável pelo lar, pela família e os aspectos pertinentes ao privado, que por muitos séculos fora assim, à margem.

Essa percepção entre público e o privado nem sempre existiu, está em constante mutação. Nem todo público é masculino, como também nem todo privado é notadamente feminino, possuem limites volúveis. O público com conotações de liberdade civil, como de uma cidadania incompleta, enquanto o privado revestido de uma “sujeição natural”, ideia de subordinação.

Como coloca Perrot (1988, p. 185) “Da história, muitas vezes a mulher é excluída”, isso dentro do ciclo de representações de poder que historicamente incluem relações da mais variadas possíveis, acrescentando ainda “[...] o silêncio sobre a história das mulheres também advém do seu efetivo mutismo nas esferas políticas, por muito tempo privilegiadas como locais exclusivos do poder” (p.185) locais esses marcados pela dominação masculina, uma vez que a política é um campo de face masculinizada, mas que ainda assim, elas se colocam e emergem nesse meio, se estabelecendo e tornando possível seu papel na história.

Mas, os estudos voltados ao gênero, tem dado prioridade a compreensões históricas e sociológicas que adentram na amplitude masculina e feminina da crítica dessa conjuntura. Na tentativa de perceber as relações entre ambos, no que diz respeito ao social, que não aos enfoques da ciência política que tornavam incompatível o acesso do público feminino na vida política ou pública.

MULHERES, GÊNERO E PODER

Mediante esse contexto, Scott (1990) propõe de forma significativa, aporte para uma discussão no uso do gênero enquanto categoria útil de análise, trazendo uma definição acerca das relações entre gênero e como é constituída a sociedade, integrando a perspectiva política.

Dessa forma, a autora mostra que a política e o poder foram áreas pouco exploradas, uma vez que a história política não dera sua devida colaboração para incorporar as questões ditas femininas e de gênero. Porém, as mulheres podem fazer conexões entres os espaços público/privado, visto que a política não se limita ao público, ao másculo, estando vigente cotidianamente dentro do que vivenciam os homens e as mulheres, demarcados pela relação histórica conjunta que integram, sem incorrem em juízo de valores que resultem de forma diversa a envoltura política.

Existem dispositivos legais que tentam justificar a dificuldade do recrutamento de mulheres na política, mas é sabido que há jogos de interesses para justificação de uma política de projeção masculina, onde o interesse é manter o status quo, esse aspecto de poder, sendo entendida de forma singular e plural na leitura de Perrot (1988), a ideia de poder no singular designada aos homens, já poderes, quando usado na maioria das vezes para o público feminino, poderes no seio familiar, na esfera social, na sociedade civil. É perceptível essa pequena presença de mulheres na política, resultante de longos anos de discriminação de gênero. Mas, que é conceituada e operacionaliza dentro dos “jogos de poderes”, visto que: “[...] da participação política das mulheres e do lugar das mulheres na sociedade brasileira vem sendo apropriadas por mulheres e homens, a partir das mesmas fontes” (GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 174).

A política por si só tem o dom de refutar as suas partes constituintes, talvez por ser analisada e observada de maneira quase que abstrata, onde conceitos podem ser

manipulados em detrimento de determinados interesses. Com isso, contextualizar os aspectos históricos, políticos e de gênero para se pensar como as mulheres constroem discurso sobre ela, o que legitima suas atuações, o extrato social a qual estão inseridas é fundamental.

Política e poder não possuem o mesmo significado, “o poder é portanto lugar de múltiplos significados, que vão do exercício da política à sedução, que parece ser uma das grandes armas femininas. Mas o poder feminino parece estar inexoravelmente associado à sensibilidade que seria inerente às mulheres, seja por “natureza”, seja por “educação” (GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 187) as autoras relacionam o poder e a sensibilidade como construções culturais impostas ao gênero feminino, como se a sensibilidade fosse apenas atributos feminino, associando o poder exercido por elas implicando essa sensibilidade colocada como algo maternal, afetivo, carinhoso, de bondade, de doação e abnegação.

Alguns teóricos afirmam que a participação desses sujeitos femininos na política, tecem críticas a natureza do androcêntrico, tornando importante a conceituação de política, incluindo não apenas a política institucionalizada, e conectando tarefas usuais e não usuais. Dimensionando a fixação dos lugares de intervenção das mulheres, percebida não somente por lutas feministas de politização do espaço privado, todavia levando em consideração que as mulheres são sujeitos políticos, dentro do espaço público, advindos dos lugares de visibilidade, como os movimentos, grupos sociais, campanhas, departamentos de partidos, etc. Com isso, a política possui outra caracterização, abrangente, com outras práticas e novos engendramentos.

Judith Butler (1998) tece considerações contemporâneas acerca do indivíduo político, mostrando que reside nesse um “sujeito ocidental masculinizado”, onde homens e mulheres se sobressaem de acordo com uma política instituída, refazendo usualmente as mesmas ações políticas, que também são masculinos.

“De forma ainda pequena, mas visível, aumenta a presença das mulheres nas disputas eleitorais.(...)Hoje, além da luta das mulheres pelo acesso ao poder legislativo, outras lutas por níveis de paridade começam a se fazer visíveis nos demais poderes constituintes do Estado: o Executivo e o Judiciário. No bojo dessas novas reivindicações de paridade, também se encontram as lutas pelo acesso igual das mulheres a cargo de chefia no serviço público, assim como políticas afirmativas em grandes empresas(sobretudo multinacionais), em busca da valorização das mulheres e de características consideradas como “femininas” (subjetividade, emoção, capacidade relacional, etc.), pois essas contribuiriam para melhores relações e rendimento no trabalho”. (GROSSI e MIGUEL, 2001, p. 170 e 171).

Nesse sentido, as mulheres seguem em busca de espaços nos diversos segmentos, sejam eles no campo político, nos cargos de chefia, no setor público, elas estão adentrando cada vez mais nesse universo e contribuindo significativamente, dentro de suas limitações.

Portanto, historiadores têm-se esforçado para escrever a história cotidiana das mulheres, na tentativa de combater o que a historiografia tradicional coloca.

“Em sua vontade de superar o discurso miserabilista da opressão, de subverter o ponto de vista da dominação, ela procurou mostrar a presença, a ação das mulheres, a plenitude dos seus papéis, e mesmo a coerência de sua “cultura” e a existência dos seus poderes”. (PERROT, 1988, p. 169 e 170)

Essa ideia de submissão, opressão, dominação, exclusão, não dão conta de (re)escrever ou (re)elaborar a história das mulheres. Repensar e desenvolver uma base teórica para refletir as condições de mulheres na política, a partir de uma reflexão sobre as relações

de gênero, que perpassam as influências masculinas, mas percebendo a elaboração de táticas e estratégias que as mesmas se utilizam dentro desse contexto.

A MULHER NA VIDA POLÍTICA

Segundo Avelar (1989) a forma como as mulheres passaram a ocupar espaço na sociedade, com seu crescimento na área de trabalho e na educação, não condiz com a mesma realidade no território da política, elas ainda não ocupam na política da mesma forma que se estabelecem socialmente, pois demograficamente são em maior número e enquanto eleitorado também. Pois, essa atuação ainda é pequena, uma vez que:

“A assimilação das mulheres no interior das organizações partidárias é obviamente difícil. As resistências aumentam na medida em que se passa dos níveis mais baixo da hierarquia aos mais altos, dos diretórios locais aos regionais e nacionais. É fácil evidenciar os limites do exercício da cidadania por parte das mulheres e de alguns grupos sociais menos privilegiados via partidos políticos”.(AVELAR, 1989, p.37).

Essa dificuldade de recrutamento de mulheres na política pode ocorrer por essa via de partidos políticos, por falta de interesses desse público, por justificativas e compensações de caráter masculino, por interesses outros, que ocorre em variados graus. Então, para redimensionar essa articulação surgem os “departamentos femininos” com mecanismos específicos para incorporar as mesmas a política.

Nos anos de 1920, os movimentos feministas em diversas partes do mundo acabaram influenciando o Brasil. Ainda que essa luta constante não conseguiu abranger em sua totalidade a inserção das mulheres na vida social.

O marco inicial dessa participação brasileira se deu em 1932, no período getulista, com o direito ao voto, que de fato se efetivou em 1946, mas as lutas precederam esse período.

As eleições de 1982 se transformaram em um marco histórico na política brasileira, porque a partir da abertura política, período de redemocratização do país, onde o mesmo buscava sua legitimidade política, possibilitou um maior número de candidatas, implicando na conquista de lugares femininos nos parlamentos.

O cenário cajazeirense não destoa dessa realidade, pois a análise documental é o suporte para apontar as experiências que de fato tornaram significativas, da ação e atuação de parlamentares, perceptível na documentação, que Maria Alba C. de Ataíde “tendo sido eleita pela legenda do PDS, em 1982, obtendo em seu partido o 1º lugar”, “Vice-Presidente da Comissão de Elaboração do Regimento do Poder Legislativo”, “Presidente da Comissão em Defesa dos Direitos da Mulher”, “Líder Feminina”, “Destaque da Região”.

Então, não é necessário incluir as mulheres e outros grupos de marginalizados na política quando não se altera os códigos institucionais e de estruturas democráticas, essa atuação torna-se limitada quando é colocado em evidência essas posições de poder, uma vez que o sexo não é determinante para levar em consideração “o acesso à franquia eleitoral”, com o aumento de mulheres na política “o sexo tornou uma variável independente”.

Outros autores colocam que existe uma “relação de circularidade entre o progresso da carreira e a adesão ao padrão dominante” de se fazer política.

METODOLOGIA E FONTES

Após a escolha do tema, entrei em campo, fui de encontro às fontes, fiquei muito feliz ao saber da quantidade de material disponível, em ótimo estado de conservação, onde seria possível realizá-la. Assim, conseqüentemente tive que estabelecer o recorte temporal e

assim o fiz, iniciei pela primeira participação feminina e o período de vigência de uma liderança maior que foi durante os anos de 1983/1988. Trabalho com a fonte primária que são os documentos do Arquivo do Legislativo da “Câmara Municipal de Cajazeiras Casa Otacílio Jurema”.

Os documentos utilizados indicam as “táticas e estratégias” como analisa Certeau (1980)⁷ no livro *A invenção do Cotidiano*, nas ações realizadas pelas mulheres, com várias *maneiras de fazer*, em razão de uma cultura de dominação, perpassada pela dicotomia de limites, que por determinadas razões os sujeitos se apropriam de práticas culturais para elaborarem estratégias de ocupação de lugar ou espaço e dele se apropriar.

Nesse aspecto, o documento tem sua especificidade, permeado por traços individuais e sociais, com multiplicidades de práticas que tangenciam e que operam as práticas sociais, que, portanto, o historiador não realiza tão somente uma pesquisa documental, mas uma escrita que se insere dentro de questões do presente, em conjunto com os referenciais teóricos, problematizando as construções e relações em que se projetam os indivíduos socialmente.

REFERÊNCIAS

ALVES, Branca Moreira. **Ideologia e Feminismo. A luta da mulher pelo voto no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1980.

AVELAR, Lúcia. **O segundo eleitorado: tendências do voto feminino no Brasil**. Campinas: Editora da Unicamp, 1989.

BEAUVOIR, Simone de. **O Segundo Sexo**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

BOURDIEU, Pierre. **A dominação masculina**. Tradução: Maria Helena Kuhner. -5ª ed.- Rio de Janeiro; Bertrand Brasil, 2007.

BRITO, Maria Noemi Castilhos. **Gênero e cidadania: referenciais analíticos**. In.: Revista Estudos Feministas. Vol. 9. N.1. Florianópolis: UFSC, 2001.

BUTLER, Judith P. **Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade**. Tradução: Renato Aguiar. – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

DEL PRIORE, Mary(org). **História das mulheres do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2009.

FERREIRA, Maria Mary. **Nos bastidores da tribuna: mulher política e poder no Maranhão**. 2006. 235 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências, Letras e Artes Araraquara, São Paulo.

GROSSI, Miriam Pillar e MIGUEL, Sônia Malheiros. **Transformando a diferença: mulheres na política**. In.: *Revista Estudos Feministas*. Vol. 9. N.1. Florianópolis: UFSC, 2001.

HAHNER, June. **A mulher brasileira e suas lutas sociais e políticas: 1850/1973**. São Paulo: Brasiliense, 1981.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a história**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985.

⁷ CERTEAU, Michel de. **A invenção do cotidiano**. *Artes de fazer*. Petrópolis, Vozes, 1994. [Tradução: Ephraim Ferreira Alves]

INSTITUTO PATRÍCIA GALVÃO. Pesquisa IBOPE – Mulheres na Política. 2009. Disponível em: http://www.defensoria.sp.gov.br/dpesp/Repositorio/41/Documentos/pesq_mulherepol.pdf. Acessado em: 12/03/2015.

LOURO, Guacira Lopes. **Nas redes do conceito de gênero**. In: LOPES. M.J.M., Meyer, D.E., WALDON, V.R. (orgs) *Gênero e saúde*. Porto Alegre: Artes Médicas, 1996.

NICHOLSON, Linda. **"Interpretando o gênero"**. *Revista Estudos Feministas*, v. 8, n. 2, p. 9-41, 2000.

ORIÁ, Ricardo. **Mulheres no parlamento brasileiro: Carlota Pereira de Queiroz**. Plenarium, Brasília, v.1, n.1, 2004.

PERROT, Michele. **As mulheres, o poder, a história**. In.: *Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros*. Rio de Janeiro: Paz e terra, 1988.

RÉMOND, René. **Por uma História política**. Tradução: Dora Rocha. UFRJ. Rio de Janeiro. 1996.

SCOTT, Joan. **"Gênero: uma categoria útil de análise histórica"**. *Educação e Realidade*, Porto Alegre, v. 16, n. 2, p. 5-22, jul./dez. 1990.

SILVA, Alômia Abrantes da. **Paraíba, mulher-macho: tessituras de gênero, (desa)fiões da história**. – Recife: O autor, 2008. Tese (doutorado) – Universidade Federal de Pernambuco, CF CH, Programa de Pós-Graduação - UFPE.

SOIHET, Rachel e PEDRO, Joana Maria. **A emergência da pesquisa da história das mulheres e das relações de gênero**. *Revista Brasileira História*, Dezembro, ano/vol. 27, número 054. Associação Nacional de História. São Paulo, Brasil. Pp. 281-300.

SOIHET, Rachel. **História das mulheres**. In: *Domínios da História*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

SOW, M.M. **A participação feminina na construção de um parlamento democrático**. *Revista Eletrônica do Programa de Pós-graduação*. Centro de formação, treinamento e aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Disponível em: <http://bd.camara.gov.br> Acessado em 12/03/2015.

TELES, Amelinha. **Breve História do feminismo no Brasil**. São Paulo: Brasiliense, 1999.

VAZ, Gislene de Almeida. **A participação da mulher na política brasileira**. Curso de Pós-Graduação em Processo Legislativo do Centro de Formação, Treinamento e Aperfeiçoamento da Câmara dos Deputados. Brasília. 2007, 25fl.

Fontes:

- Atas de Sessões da “Câmara Municipal de Cajazeiras” Casa Otacílio Jurema (1983/1988).
- Requerimentos: Maria Alba C. de Ataíde (1983/1988).
- Livro de Resolução (1985/1986)